



**ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES – REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2021.**

1 No dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e um, na plataforma *Teams*, foi realizada a 63ª  
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres – CNDM. Estiveram presentes  
3 na reunião as conselheiras e os conselheiros titulares e suplentes: Cristiane Rodrigues Britto  
4 (SNPM/MMFDH - Presidente); Mariana de Souza Machado Neris (SNPG/MMFDH); Jandira Gill  
5 Chalu Pacheco (MRE); Maria Cândida Muniz Trigo (Ministério da Educação); Rafael Raeff Rocha  
6 (MJSP); Danielle Cristina Lanius (Casa Civil); Vanessa Ferreira de Lima (SGPR); Lucimara  
7 Varanis Cavalcante (MSK); Sônia Maria Zerino da Silva (CNTI); Alessandra Santos de Almeida  
8 (CFP); Telma Nantes de Matos (ONCB); Eunice Aparecida da Cruz (BPW-Brasil); Laudelina  
9 Inácio da Silva (ABMCJ); Rosângela Rosa Maria Ferreira de Melo (CMB); Maria Angélica  
10 Iguaracema Rodrigues da Costa (SNPIR/MMFDH); Maria Dirlene Trindade Marques (Rede  
11 Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos); Cleide Silva Pereira Pinto  
12 (FENATRAD); Celina Alves Padilha Arêas (CTB); Adélia Moreira Pessoa (IBDFAM); Marli  
13 Rocha Pires de Andrade (MAPA); Andremara dos Santos (Notório Conhecimento); Francimar  
14 Santos Júnior (Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência); Maria da Penha Mara  
15 Fernandes (Conselheira Emérita); Jovanna Cardoso da Silva (FONATRAS); Wilsimara Maciel  
16 Rocha (SEF/ME); Vanja Andrea Reis dos Santos (UBM); Mara Luiza Feltes (CUT); Marcleide  
17 Pacheco (SEC/MTur); Chopelly Gludystton Pereira dos Santos (ANTRA); Lucynilla de Noronha  
18 Braga (SGPR); Kenia Oliveira (MMA); Priscila Carvalho (Ministério da Saúde). Coordenadora-  
19 Geral do CNDM: Maria Crislane Pinto Pereira.

20

21 **Abertura da 63ª Reunião Ordinária do CNDM (Pleno).** A Presidente Cristiane Rodrigues Britto  
22 iniciou a reunião cumprimentando a todos e agradeceu a Comissão Eleitoral pelo trabalho singular e

23 precioso prestado ao CNDM para que tivessem êxito no processo seletivo das entidades da  
24 sociedade civil que comporão o triênio de 2021/2024. Saudou todas as entidades eleitas e reeleitas,  
25 desejando que o Conselho tenha muito sucesso nesse novo ciclo. Em seguida, solicitou que a  
26 Coordenadora-Geral do CNDM realizasse a leitura da pauta. A Sra. Maria Crislane Pinto Pereira  
27 realizou a leitura da pauta do dia, composta pelos seguintes itens: 09h às 12h - Abertura da 63ª  
28 Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (Pleno); Informes de Conjuntura;  
29 Aprovação da Pauta; Aprovação das Atas das reuniões anteriores: 59ª Reunião Ordinária, 60ª  
30 Reunião Ordinária, 61ª Reunião Ordinária, 62ª Reunião Ordinária, 2ª Reunião Extraordinária de  
31 2020, 1ª Reunião Extraordinária de 2021, 2ª Reunião Extraordinária de 2021; Relatórios das  
32 Câmaras Técnicas: Câmara Técnica de Legislação e Normas e Câmara Técnica Assuntos  
33 Internacionais; 12h as 14h – Almoço; 14h as 17h - Relatórios das Câmaras Técnicas: Câmara  
34 Técnica Plano Nacional Políticas para as Mulheres e Câmara Técnica Planejamento e Orçamento;  
35 Informes sobre as Casas da Mulher Brasileira; Balanço das Eleições; Ligue 180; 17h –  
36 Encerramento. Não havendo nenhuma manifestação contrária, Presidente Cristiane Rodrigues Britto  
37 declarou a pauta aprovada. Passando aos **informes de conjuntura**, a Conselheira Lucimara Varanis  
38 Cavalcante informou que, no dia 24 de maio, comemoraram-se os 15 anos do Decreto Presidencial  
39 de 25 de maio de 2006 que instituiu o Dia Nacional do Cigano, destacando que a MSK comemorou  
40 essa data fazendo uma análise da conjuntura econômica. A Conselheira Maria Dirlene Trindade  
41 Marques realizou uma análise do momento vivido a partir da existência do capitalismo, avaliando  
42 que estão vivendo uma crise do fim do neoliberalismo e convocando a irem às ruas no dia 29 de  
43 maio com todas as medidas de segurança. A Conselheira Laudelina Inácio da Silva informou que a  
44 ABMCJ possui em seus objetivos a luta para que mais mulheres ocupem espaços de direção e poder  
45 em todas as esferas e tenham os seus direitos assegurados, solicitando o apoio à Dra. Adriana Reis  
46 de Araújo na seleção de ministro do Tribunal Superior Trabalho (TST). A Conselheira Celina Alves  
47 Padilha Arêas concordou com a análise da Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques e  
48 acrescentou outros dados que precisam de reflexão desse Conselho e parabenizou os trabalhos de  
49 Santiago/CHI pela eleição da primeira mulher prefeita. A Conselheira Andremara dos Santos  
50 saudou o povo romane pelo seu dia e as entidades da sociedade civil eleitas e não eleitas e sugeriu  
51 que o currículo da Dra. Adriana Reis de Araújo fosse distribuído aos conselheiros e fosse aprovada  
52 uma moção de apoio. A Conselheira Adélia Moreira Pessoa informou que IBDFAM através da  
53 Comissão de Gênero e Violência Doméstica encaminhará uma exposição de motivos sobre o acesso

54 à justiça da mulher que sofre violência, observando que há uma grande campanha contrária que essa  
55 mulher tenha os direitos adquiridos por meio do art. 14 e art. 14-A da Lei Maria da Penha. Solicitou  
56 que fosse realizada uma análise sobre a possibilidade de encaminhar essa proposta ao Conselho  
57 Nacional de Justiça (CNJ). A Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos concordou com as  
58 avaliações anteriores e compreendeu que o CNDM precisa ter mais iniciativas, como, por exemplo,  
59 em relação à diminuição dos serviços relacionados à saúde da mulher com a aprovação do Plano  
60 Nacional de Saúde (PNS). Prosseguindo à **Aprovação das Atas das reuniões anteriores**, a Sra.  
61 Maria Crislane Pinto Pereira informou que as atas foram encaminhadas com antecedência,  
62 explanando que as sugestões de alterações já foram incorporadas. Não havendo objeções, a  
63 Presidente Cristiane Rodrigues Britto colocou em processo de votação as Atas da 59º Reunião  
64 Ordinária, 60ª Reunião Ordinária, 61ª Reunião Ordinária, 62ª Reunião Ordinária, 2ª Reunião  
65 Extraordinária de 2020, 1ª Reunião Extraordinária de 2021, 2ª Reunião Extraordinária de 2021.  
66 Aprovadas, com o registro de abstenção da MSK nas Atas da 60ª Reunião Ordinária, 2ª Reunião  
67 Extraordinária de 2020 e 1ª Reunião Extraordinária de 2021. Passando aos **Relatórios das**  
68 **Câmaras Técnicas**, a Presidente Cristiane Rodrigues Britto passou a palavra à **Câmara Técnica**  
69 **de Legislação e Normas**. A Conselheira Lucimara Varanis Cavalcante elencou os membros  
70 presentes e as justificativas de ausência da reunião realizada no dia 26 de maio de 2021 e discorreu  
71 que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Proposta de resolução que institui o Grupo  
72 de Trabalho para Avaliação das Políticas Públicas a partir da V Conferência Nacional de Políticas  
73 para Mulheres; Item 2. Proposta de resolução que institui o Fórum dos Conselhos Estaduais e  
74 Distrital dos Direitos da Mulher; Item 3. Análise da Portaria nº 4.985, de 29 de abril de 2021, da  
75 Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia. Apresentada a proposta  
76 de resolução que institui o Grupo de Trabalho para Avaliação das Políticas Públicas a partir da V  
77 Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, a Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos  
78 compreendeu que essa proposta de resolução deveria passar pelas demais câmaras, sobretudo, pela  
79 Câmara Técnica de Monitoramento de Políticas Públicas. A Conselheira Lucimara Varanis  
80 Cavalcante registrou que a proposta de resolução foi encaminhada com bastante antecedência e os  
81 conselheiros membros da Câmara Técnica de Monitoramento de Políticas Públicas tiveram tempo  
82 hábil para analisá-la, entendendo que esse encaminhamento não teria justificativa e solicitando a sua  
83 aprovação. A Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques compreendeu que a resolução não  
84 possui nenhuma questão contrária as discussões realizada no CNDM, registrando que foi realizado

85 um processo o qual possibilitou a todos os conselheiros a apresentação das suas sugestões. A  
86 Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos solicitou vistas à proposta de resolução para encaminhá-  
87 la à Câmara Técnica de Monitoramento das Políticas Públicas. A Conselheira Andremara dos  
88 Santos solicitou esclarecimentos em relação ao pedido de vistas e realizou um apelo de que a  
89 resolução seja aprovada e que seja retirado o pedido de vista, uma vez que nada impede que a  
90 Câmara Técnica proponha alguma alteração no texto para aprovação posterior. Retirado o pedido de  
91 vista, a Presidente Cristiane Rodrigues Britto colocou em processo de votação a proposta de  
92 resolução que institui o Grupo de Trabalho para Avaliação das Políticas Públicas a partir da V  
93 Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, a qual foi aprovada por maioria, com o registro  
94 dos seguintes votos favoráveis: SNPM/MMFDH, MJSP, Notório Conhecimento, CTB, BPW-  
95 Brasil, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, MRE, Rede  
96 Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência, MSK, Casa Civil, MEC, SEF/ME, CNTI,  
97 ABMCJ, FENATRAD, CMB, IBDFAM, UBM, Conselheira Emérita, CUT, SNPIR/MMFDH,  
98 SGPR, ONCB, SEC/MTur. Abstenção: CFP. Registrada a ausência: FONATRAS. Seguindo, foi  
99 apresentada a proposta de resolução que institui o Fórum dos Conselhos Estaduais e Distrital dos  
100 Direitos da Mulher e não havendo manifestações, a Presidente Cristiane Rodrigues Britto colocou-a  
101 em processo de votação. Aprovada por unanimidade com o registro dos seguintes votos favoráveis:  
102 SNPM/MMFDH, MJSP, Notório Conhecimento, CTB, BPW-Brasil, Rede Nacional Feminista de  
103 Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, MRE, Rede Nacional de Mulheres Negras no  
104 Combate à Violência, MSK, Casa Civil, MEC, SEF/ME, CNTI, ABMCJ, FENATRAD, CMB,  
105 IBDFAM, UBM, Conselheira Emérita, CUT, SNPIR/MMFDH, SGPR, ONCB, SEC/MTur, CFP.  
106 Registrada a ausência: FONATRAS. Com relação à análise da Portaria nº 4.985, de 29 de abril de  
107 2021, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, a Conselheira  
108 Maria Dirlene Trindade Marques registrou que essa portaria retira vários direitos das mulheres e  
109 prejudica o funcionamento do que foi conquistado historicamente, informando que está sendo  
110 sugerida a elaboração de uma moção. A Conselheira Lucimara Varanis Cavalcante esclareceu que a  
111 Câmara está propondo apenas o acompanhamento dessa pauta e a Conselheira Andremara dos  
112 Santos compreendeu que uma proposta não excluía a outra, entendendo que seria necessária a  
113 publicação de um ato para tornar pública a informação. A Conselheira Lucimara Varanis  
114 Cavalcante concordou com a elaboração de moção que poderá ser aprovada pelos conselheiros por  
115 *e-mail* de acordo com o Regimento Interno. Feitas todas as explanações sobre a Portaria nº

116 4.985/2021 pelas conselheiras, colocou-se em votação a criação de grupo de trabalho composto por  
117 cinco membros para elaboração de moção de repúdio que será submetida à aprovação por *e-mail*.  
118 Aprovada por maioria com o registro dos seguintes votos favoráveis: Notório Conhecimento, CTB,  
119 BPW-Brasil, Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Rede  
120 Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência, MSK, CNTI, ABMCJ, FENATRAD, CMB,  
121 IBDFAM, UBM, Conselheira Emérita, CUT, ONCB, SEC/MTur, CFP, FONATRAS, ANTRA.  
122 Votos Contrários: Casa Civil, MEC, SEF/ME, SNPG/MMFDH, SGPR, MJSP, SNPIR/MMFDH,  
123 SNPM/MMFDH. Registrada a ausência: MRE. Finalizado o relatório da Câmara Técnica de  
124 Legislação e Normas, a Conselheira Lucimara Varanis Cavalcante agradeceu por está neste espaço  
125 democrático de análise de políticas públicas setoriais e de direito e despediu-se da Câmara,  
126 desejando boa sorte à nova gestão. Realizados aos agradecimentos ao trabalho realizado pela  
127 representante da MSK no CNDM, foi acordada uma inversão de pauta, passando ao **Balanco das**  
128 **Eleições**. A Conselheira Mara Luiza Feltes registrou que o processo eleitoral exigiu um trabalho  
129 intenso, destacando que houve uma grande sintonia entre os membros da Comissão Eleitoral.  
130 Informou que foi estabelecido um prazo para o envio de documentos faltantes que poderiam  
131 inviabilizar a habilitação de entidades, ponderando que essa questão foi uma iniciativa muito  
132 importante. Registrada a sugestão de criação de um sistema para utilização no processo eleitoral, a  
133 Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos compreendeu que houve um processo de sucesso que  
134 será base para elaboração das próximas eleições, agradecendo a colaboração de todos. Realizado o  
135 intervalo de almoço, a Presidente Cristiane Rodrigues Britto reiniciou a reunião, retomando os  
136 **Relatórios das Câmaras Técnicas**. Iniciando pela **Câmara Técnica de Assuntos Internacionais**,  
137 a Conselheira Laudelina Inácio da Silva elencou os membros presentes e as justificativas de  
138 ausência da reunião realizada no dia 26 de maio de 2021 e discorreu que foram debatidos os  
139 seguintes itens de pauta: Item 1. Procedimento da 75ª Sessão da *Commission on the Status of*  
140 *Women* (CSW) de 2021, realizada entre os dias 15 a 26 de março, em formato híbrido.  
141 Encaminhamento: A Câmara Técnica requer o reconhecimento do discurso da Secretária Nacional e  
142 Presidente do CNDM proferido na CSW. Item 2. Reuniões dos Ministros e Altas Autoridades da  
143 Mulher do MERCOSUL. Encaminhamentos: a) Encaminhamentos de todos os documentos  
144 aprovadas nas Reuniões dos Ministros e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL; b)  
145 Compartilhamento do documento da 16ª Reunião dos Ministros e Altas Autoridades da Mulher do  
146 MERCOSUL enviado à Câmara Técnica com o plenário em momento específico devido a sua alta

147 relevância; c) Realização de Reunião Extraordinária na CTI com a Secretária Nacional e Presidente  
148 do CNDM para comunicar ao CNDM sobre as decisões e deliberações; d) Solicitação de  
149 transmissão do vídeo da 17ª Reunião dos Ministros e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL  
150 com a fala da Secretária Nacional. Item 3. Reunião da Comissão Permanente de Gênero e de  
151 Direitos Humanos das Mulheres, realizada no âmbito das Altas Autoridades dos Direitos Humanos  
152 e Chancelaria do MERCOSUL sob presidência da Argentina, que está sendo realizada de 14 de  
153 maio a 6 de junho de 2021, em formato virtual. Encaminhamento: Devido ao não compartilhamento  
154 da agenda com a Câmara, reitera a necessidade de reunião com a Secretária Nacional e Presidente  
155 do CNDM. Item 4. Outros Assuntos: 4.1. Organização de evento paralelo na CSW, no dia 18 de  
156 março, pela BPW-Brasil em parceria com a *Women for Water* e *Soroptimist Internacional* com o  
157 tema: Participação Política das Mulheres; 4.2. Participação da ABMCJ em evento do Conselho  
158 Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) com 20 associados; 4.3. Elaboração de Nota  
159 de Repúdio devido à retirada da Turquia da Convenção de Istambul; 4.4. Elaboração de Nota de  
160 Solidariedade em relação ao embaraço que foi exposto a Presidente da Comissão Europeia, Ursula  
161 von der Leyer. A Conselheira Celina Alves Padilha Arêas complementou informando que havia  
162 solicitado que as propostas anteriores da Câmara fossem referendadas para que as futuras  
163 conselheiras debatessem-nas e registrou as participações da CTB em atividades internacionais sobre  
164 o direito da mulher trabalhadora. A Conselheira Laudelina Inácio da Silva continuou a apresentação  
165 do relatório, discorrendo que foi dado seguimento ao Plano de Trabalho da Câmara, verificando os  
166 encaminhamentos ainda cumpridos: 1. Enviar ofício pela Presidente do CNDM aos representantes  
167 do OIT para apresentação dos componentes da Câmara Técnica de Assuntos Internacionais, que foi  
168 preparado na última reunião e encaminhado a Coordenação-Geral para providências; 2. Buscar  
169 apoio para concretização de projetos de cooperação bilateral ou multilateral com os organismos  
170 internacionais que fortaleçam os objetivos do CNDM, inclusive, pela participação das conselheiras  
171 em fóruns dessas organizações; 3. Lista os fóruns prioritários para acompanhamento do CNDM e  
172 recomendar a participação da Secretária Nacional e Presidente do CNDM ou de representante  
173 designado. Nesse sentido, foram definidos os seguintes encaminhamentos: a) Solicita ao pleno o  
174 envio adequado dos fóruns formais ou informações que tenham conhecimento da realização de  
175 eventos e discussões internacionais para fins de acompanhamento; b) Em função das mudanças  
176 impostas pela crise sanitárias, as conselheiras decidiram realizar uma revisão do Plano de Trabalho  
177 na próxima reunião com vistas a elaborar uma nova versão que ficará com base de trabalho para a

178 nova gestão. Apresentado o vídeo de apresentação da Secretária Nacional e Presidente do CNDM  
179 na CSW, a Presidente Cristiane Rodrigues Britto esclareceu o seu discurso é baseado na proposta  
180 encaminhada pela CSW, sendo que solicitou as ações realizadas para combater a violência política  
181 contra as mulheres. Relatou sobre os casos de violência política contra mulheres no exercício do seu  
182 mandato, destacando o caso da prefeita de Cachoeira/BA. A Conselheira Andremara dos Santos  
183 sugeriu que o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) fosse acionado e a Conselheira Mara  
184 Luiza Feltes mencionou que também está ocorrendo esse tipo de violência no estado do Rio Grande  
185 Sul, questionando qual o caminho para denunciar e realiza ações de defesa nesses casos. A  
186 Presidente Cristiane Rodrigues Britto explanou que as autoridades devem ser oficiadas, sugerindo  
187 que as denúncias lhe sejam encaminhadas por *e-mail* para realizar essa questão. A Conselheira  
188 Lucimara Varanis Cavalcante salientou a importância de criação de um sistema de denúncia e da  
189 necessidade de regulamentar o Decreto nº 9.586/2018 que trata do Sistema Nacional de Políticas  
190 para Mulheres. Finalizado o relatório da Câmara Técnica Assuntos Internacionais, passou-se  
191 **Câmara Técnica do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. A Conselheira Vanja Andrea  
192 Reis dos Santos elencou os membros presentes e as justificativas de ausência da reunião realizada  
193 no dia 26 de maio de 2021 e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1.  
194 Realização de três plenárias anuais de Conselhos Estaduais como um instrumento do CNDM para  
195 alinhar a ação de controle social nas Políticas Públicas para as Mulheres (deliberação pleno,  
196 fev/2021) Item 2. Criação do Grupo de Trabalho para avaliação das Políticas Públicas para as  
197 Mulheres com a participação de todas as Câmaras Técnicas e de conselhos estaduais. Acrescentou  
198 que também foi debatido sobre a solicitação de audiências públicas com a bancada feminina no  
199 Congresso Nacional. Registrou que não houve grandes avanços em respeito aos membros que não  
200 puderam está presentes na reunião. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris parabenizou o  
201 trabalho realizado pela Câmara e sugeriu que fosse avaliada a oportunidade de avançar a  
202 mobilização dos demais parlamentares, os quais precisam ter a compreensão do lugar de fala de  
203 qualquer mulher. Sugeriu também a elaboração de uma moção para que o CNDM demarque o  
204 território dessa fala. A Conselheira Celina Alves Padilha Arêas reforçou a explanação anterior,  
205 observando que nenhuma mulher foi indicada como efetiva por nenhum partido na da CPI da  
206 Covid. A Presidente Cristiane Rodrigues Britto compartilhou a explanação da Senadora Leila  
207 Barros do Partido Socialista do Brasileiro (PSB/DF) que não tem conseguido manifestar-se na CPI.  
208 A Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos concordou com as sugestões colocadas, explanando

209 que a minuta de nota será elaborada ainda nesta semana para aprovação. Finalizando a sua  
210 manifestação, discorreu que será necessário apenas deliberar sobre a realização das três plenárias  
211 anuais de Conselhos Estaduais. A Sra. Maria Crislane Pinto Pereira informou que a resolução que  
212 institui os conselhos estaduais e do Distrito Federal elaborada pela Câmara Técnica de Legislação e  
213 Normas já possui a previsão desses encontros, observando que não há a necessidade dessa  
214 aprovação. Devido à explicação, a Conselheira Vanja Andrea Reis dos Santos retirou a sua  
215 proposta. Prosseguindo à **Câmara Técnica Planejamento e Orçamento**, a Conselheira Mara Luiza  
216 Feltes elencou os membros presentes na reunião realizada no dia 26 de maio de 2021 e discorreu  
217 que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Apresentação do Orçamento Anual  
218 aprovado para 2021. Encaminhamento: Acompanhamento e detalhamento dos valores aprovados  
219 em cada rubrica na próxima reunião. A Presidente Cristiane Rodrigues Britto discorreu que  
220 solicitou aos departamentos que identificassem os projetos prioritários para programação dos  
221 recursos discricionários, considerando o mapeamento dos estados. Informou que, em 2020, foi  
222 criada uma ação própria para os custeios da Casa da Mulher Brasileira - CMB por meio da bancada  
223 feminina. Lamentou a não existência de emendas de relatoria em 2021, todavia, explanou que está  
224 se reunindo com a bancada feminina para tentar reverter essa situação. A Conselheira Sônia Maria  
225 Zerino da Silva acrescentou que a Câmara Técnica de Assuntos Internacionais não participou da  
226 Conferência Internacional do Trabalho em 2019, sendo que no ano de 2020 foi cancelada por causa  
227 da pandemia e nesse ano será realizada de forma virtual. Destacou a importância da participação do  
228 CNDM como nos anos anteriores, observando que essa questão não foi contemplada no relatório  
229 dessa Câmara. Afirmado que a Câmara Técnica de Assuntos Internacionais será consultada sobre a  
230 questão, a Conselheira Adélia Moreira Pessoa relatou que os valores de emendas para a CMB de  
231 2020 foram direcionados para atendimento da pandemia e informou que já conseguiram uma nova  
232 emenda em 2021 por meio de conversas com a rede, a qual será suficiente para a construção da  
233 Casa da Mulher Brasileira em Sergipe. A Conselheira Mara Luiza Feltes lembrou que a responsável  
234 pela Casa da Mulher Brasileira participará dessa reunião, salientando que as conselheiras poderão  
235 dirimir as suas dúvidas diretamente. Finalizado o relatório da Câmara Técnica Planejamento e  
236 Orçamento, a Conselheira Mariana de Souza Machado Neris sugeriu que fosse realizada uma  
237 rodada de avaliação cerca do pronunciamento da Secretária Nacional de Gestão e Trabalho do  
238 Ministério da Saúde, Maira Pinheiro, na CPI da Covid, na qual a Secretária Nacional foi  
239 brutalmente agredida verbalmente por vários parlamentares. Destacou que houve também

240 manifestações desrespeitosas aos direitos humanos utilizando-se da comunidade judaica e que  
241 recebeu a informação de que a Secretária Nacional Maira Pinheiro tem sido também objeto de  
242 exposição nas redes sociais a fim de denegrir a sua imagem. Diante todas essas questões, propôs a  
243 elaboração de uma moção de repúdio. A Conselheira Andremara dos Santos salientou que a  
244 utilização do termo “denegrir” é extremamente ofensivo e solicitou esclarecimentos sobre a  
245 proposta. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris desculpou-se pela utilização do termo  
246 “denegrir” e esclareceu que a sua proposta tem como base a violência institucional pela qual a  
247 Secretária Nacional foi exposta no CPI da Covid. Informou que a SNPG coordena uma área  
248 relacionada à proteção dos direitos e liberdades fundamentais, na qual já existem denúncias sobre o  
249 comentário comparando a pandemia ao holocausto. Compreendeu poderiam analisar alguns trechos  
250 do depoimento para que houvesse uma avaliação aprofundada sobre o contexto. A Conselheira  
251 Celina Alves Padilha Arêas afirmou que se sentiu agredida com a utilização do termo “denegrir” e  
252 explicou que é contrária a essa moção do CNDM por avaliar que a Secretária Nacional não foi  
253 desrespeitada nos momentos que acompanhou o seu depoimento. A Presidente Cristiane Rodrigues  
254 Britto concordou com a existência de violência institucional em relação à Secretária Nacional Maira  
255 Pinheiro, especialmente, por ter a sua fala interrompida repetidas vezes e com divulgação de suas  
256 imagens. Externadas todas as opiniões e manifestações das conselheiras, a Conselheira Andremara  
257 dos Santos sugeriu, pelo *chat*, que a votação da proposta da Conselheira Mariana de Souza  
258 Machado Neris fosse suspensa para que possam analisar o vídeo do depoimento da Secretária  
259 Nacional Maira Pinheiro na CPI da Covid e, posteriormente, apreciassem uma minuta apresentada  
260 por *e-mail*. Havendo concordância da Conselheira Mariana de Souza Machado Neris e das demais  
261 conselheiras com relação à proposta apresentada, a Conselheira Mara Luiza Feltes comunicou que  
262 colocou as informações sobre a Vereadora transexual Cáren Castencio do município de Bagé/RS no  
263 grupo de conselheiras. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris colocou a SNPG à  
264 disposição para apoiar institucionalmente o caso da vereadora. Passando aos **informes sobre as**  
265 **Casas da Mulher Brasileira**, a Sra. Valéria Avanci Pereira Laval Silva, Coordenadora-Geral do  
266 Programa Mulher Segura e Protegida, apresentou o panorama geral do Programa Mulher Segura e  
267 Protegida, explanando sobre o seu objetivo e as ações necessárias para execução das ações. Em  
268 seguida, destacou o Eixo 1 – Casa da Mulher Brasileira, explicando sobre: os mecanismos de  
269 gestão, diferenciais, as tipologias e instalações, novos modelos e novas tipologias, investimentos  
270 previstos, principais fase da implementação por construção (infraestrutura e recursos humanos),

271 planilha de CMBs com recursos destinados e contratados – 2019/2020 e Casas existentes –  
272 Atendimento e planilha de Casas existentes – Execução dos convênios vigentes. Informou que  
273 houve um superdimensionamento no início do Programa, ponderando que possuem ainda recursos.  
274 Em seguida, executou um vídeo do projeto estrutural padrão da CMB tipo 2. Abrindo para  
275 manifestações, a Conselheira Maria Dirlene Trindade Marques compreendeu que o projeto  
276 estrutural apresentado é muito bom e questionou se os investimentos seriam apenas de emendas  
277 parlamentares e como seria a gestão compartilhada. A Sra. Valéria Avanci Pereira Laval Silva  
278 explicou que a gestão compartilhada é um pilar da CMB para que haja a integração operacional de  
279 acordo com o art. 8º da Lei Maria da Penha e que todo o orçamento utilizado foi oriundo de  
280 emendas individuais, de bancada ou de relator, exceto, a CMB de Cariacica/ES que utilizou  
281 orçamento discricionário de 2019. Explanou que o custeio dos sistemas próprios é feito por cada  
282 órgão que está na Casa da Mulher Brasileira e as despesas comuns são custeados pelo Convênio de  
283 Custeio e Manutenção. Salientou que a ideia da gestão compartilhada é contemplar a gestão dos  
284 serviços oferecidos e dos casos especiais. A Conselheira Adélia Moreira Pessoa indagou o que falta  
285 para a implantação da CMB do estado de Sergipe e a Sra. Valéria Avanci Pereira Laval Silva  
286 esclareceu já houve a definição do recurso financeiro e que a próxima etapa será a abertura da  
287 Plataforma + Brasil (Siconv). O Conselheiro Rafael Raeff Rocha sugeriu que fosse encaminhado  
288 um ofício à Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJSP questionando o seu  
289 interesse em compor uma parceria para instituição de uma delegacia ou núcleo de atendimento às  
290 mulheres na CMB. A Sra. Valéria Avanci Pereira Laval Silva agradeceu pela sugestão, afirmando  
291 que entrará em contato. Feitos todos os esclarecimentos aos questionamentos realizados, a  
292 Presidente Cristiane Rodrigues Britto agradeceu pelas explicações e deu por encerrada a reunião,  
293 agradecendo a presença e a participação de todos.